

PRESTES A CAIR

Irregularidades podem derrubar diretor do Detran

Gerson Claro é investigado por prática de nepotismo

JONES MÁRIO

As denúncias de nepotismo praticado por diretores de-sestabilizam a atual gestão do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MS). A irregularidade, constatada após investigação do Ministério Público Estadual (MPE), que resultou na exoneração de dois servidores, reforça uma possível substituição do atual diretor-presidente, Gerson Claro. Segundo informações apuradas pelo **Correio do Estado**, o ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) Ademair Silva Júnior é cotado para assumir o órgão.

Gerson Claro está à frente do Detran-MS desde janeiro de 2015. De lá para cá, o diretor-presidente enfrenta constantes denúncias de nepotismo. Uma delas, manifestada na ouvidoria do MPE, motivou recomendação da 29ª Promotoria de Justiça de Campo

Grande para exonerar três servidores do órgão.

Sobrinho de Claro e em cargo de comissão, Lucas Bernardo Barbosa Marques foi afastado do quadro de funcionários do Detran-MS em dezembro de 2016, após a recomendação. Segundo consulta à última atualização disponível no Portal da Transparência do governo do Estado, ele recebia salário de R\$ 3.442,97. Anette de Castro Muniz, cônjuge do servidor efetivo Marcelo de Almeida Soares, também foi exonerada do cargo comissionado no departamento. Seus rendimentos somavam R\$ 2.328,22. Já Fernanda Stella Okumoto, servidora pública aprovada em concurso e casada com o também servidor Luiz Fernando Ferreira dos Santos, permaneceu no Detran-MS, mas foi dispensada de função gratificada. Ela ganha R\$ 4.017,45.

As suspeitas não pararam aí. Outras duas servidoras comissionadas do Detran-MS seriam



Além do máximo permitido

O Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito (Sindetran/MS) pede o cumprimento da Lei Estadual 4.197/2012, que estabelece número máximo de servidores comissionados no órgão. Segundo o secretário-geral da entidade, Bruno Alves, há 140 funcionários com cargos em comissão na função de assistente III, quando o máximo previsto na lei são 12.



CABIDE. No órgão, trabalham parentes de pessoas em cargos de chefia

primas do atual diretor-presidente. É o caso de Franciele Baldo Bernardo dos Santos, com cargo de assistente II, que trabalha no órgão desde janeiro de 2015 e recebe R\$ 1.983,46, e de Thaís Amanda Vanderley Bernardo, na função de assessora desde outubro de 2015 e com salário de R\$ 2.586,46. As funcionárias têm o mesmo sobrenome da esposa de Gerson Claro, Kátia Bernardo Claro.

O atual diretor-presidente do Detran-MS classificou como “infundada” a denúncia que resultou na exoneração de seu sobrinho e se defendeu das novas acusações. “Essa denúncia foi arquivada. Meu

sobrinho trabalhava na corregedoria, mas, para não restar dúvidas, foi exonerado. Agora, a Thaís, por exemplo, o pai dela é primo do meu sogro. São parentes de sexta ou sétima geração”, justificou.

O inquérito civil aberto pelo MPE que provocou a recomendação para exonerar servidores beneficiados por nepotismo foi arquivado em fevereiro deste ano.

Conforme parágrafo sétimo do Artigo 27 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, “o cônjuge, o companheiro e o parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, de membros ou titulares de Poder e de dirigentes supe-

riores de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, não poderão, a qualquer título, ocupar cargo em comissão ou função gratificada”.

A reportagem tentou contato com Ademair Silva Júnior, que não atendeu ou retornou as ligações até o fechamento desta matéria.

OUTROS CASOS

As suspeitas sobre nepotismo no Detran-MS respingam também em outros servidores. Diretora-presidente da Agência Municipal de Trânsito (Agetran) durante a gestão de Gilmar Olarte na prefeitura de Campo Grande, Elizabeth Félix da Silva Carvalho, a Beth Félix, exerce cargo de assistente de atividades de trânsito no órgão estadual, com rendimentos de R\$ 6.257,41 mensais, desde janeiro de 2015. Seu filho, Felipe Félix de Carvalho, ganhou cargo em comissão vinculado à Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (Segov) para atuar no Detran-MS dois meses depois. Ele recebe salário de R\$ 3.126,39.

Mesmo constando no quadro de funcionários do Detran-MS, conforme apurado no Portal da Transparência, Beth Félix diz que não tem vínculo com o departamento. “Nepotismo é quando você usa sua influência no poder para empregar algum parente. Eu não tenho cargo no governo há dois anos. Isso não tem fundamento nenhum”.

CIRURGIAS BARIÁTRICAS

Fila de pacientes deverá ser informada até o dia 24 de abril

NATALIA YAHN

Nova fase da investigação relativa a fraudes na realização de cirurgias bariátricas (popularmente conhecidas como “redução de estômago”) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em Mato Grosso do Sul, deve levantar o número de pacientes que aguardam o procedimento em Campo Grande. O tamanho da fila será informado pela Secretaria Municipal de Saúde (Sesau) até o dia 24 de abril, após pedido da promotora Daniela Cristina Guiotti, da 32ª Pro-

motoria de Justiça da Saúde.

Série de reportagens publicadas pelo **Correio do Estado** mostrou que pacientes teriam pago valores entre R\$ 1,5 mil até R\$ 10 mil para passar pela cirurgia. A tabela SUS paga de R\$ 3,8 mil a R\$ 4,3 mil por cirurgia realizada e o médico recebe entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil. Procedimentos realizados em 2014, na Santa Casa da Capital – único hospital habilitado para realizar a cirurgia no Estado –, são alvos da investigação. Na época, pelo menos 47 pessoas teriam “furado a fila” do SUS,



SANTA CASA. No hospital, ocorria esquema de fraudes em cirurgias

realizaram a intervenção sem o encaminhamento correto e sem passar pelas consultas exigidas. Três pacientes que fizeram a bariátrica há dois anos faleceram após o procedimento (nos relatórios não fica constado que os óbitos foram causados pelas cirurgias), conforme informações da Sesau enviadas ao MPE-MS. O órgão estadual realiza a investigação e tem como objetivo descobrir os responsáveis pelo esquema criminoso que prejudicou pessoas que aguardam há anos pela cirurgia em todo MS.

Agora o MPE, além de oficiar a Sesau para informar o tamanho da fila de espera, também solicitou dados sobre o caso à Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e Conselho Regional de Medicina (CRM-MS). A promotora que investiga o crime quer saber ainda se o CRM tem “procedimentos administrativos instaurados em desfavor dos médicos Jaime Yoshinori Oshiro e Francisco Gomes Rodrigues”. Ambos são citados no relatório de auditoria que apontou irregularidades na realização das cirurgias, conduzido pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

ÔNIBUS

Projeto tenta barrar novo aumento da tarifa

ALINY MARY DIAS E KLEBER CLAJUS

Mesmo travado na Câmara, projeto que tenta barrar possível segundo aumento da tarifa de ônibus da Capital no intervalo de 12 meses é motivo de insistência por parte de vereadores. O temor na Casa é que com o fim da isenção de imposto para empresas de ônibus, previsto para esta sexta-feira, o valor da tarifa aumente mais de R\$ 0,15.

Na sexta-feira, o vereador Lívio Leite (PSD) apresentou à Casa projeto para evitar que o aumento se torne realidade. Considerado “tampão” por ter a finalidade de impedir o aumento apenas se a prefeitura não tomar atitude sobre o assunto, o projeto nem teve conhecimento do plenário da Casa.

O presidente da Câmara, João Rocha (PSDB), deixa claro que não dependeria da Casa definir sobre o assunto no momento, já que a isenção ainda é estudada pelo prefeito Marcos Trad. “Prefeito está tratando desse assunto e projeto não foi enviado porque ele está fazendo o melhor para população de Campo Grande”.

Autor do projeto, Leite defendeu a medida afirmando que existe movimentação, por parte das empresas que exploram o serviço de transporte público, para que o aumento da tarifa seja garantido por decisão judicial. “Se fosse na data-base não defenderia a isenção. Solicitei audiência pública para o transporte até a data-base [em outubro]”, afirmou.

Presidente da Comissão



COLETIVO. Tarifa de ônibus foi reajustada e pode sofrer nova alta

Permanente de Transporte, Junior Longo (PSDB), solicitou à prefeitura cópia do contrato com o Consórcio Guaicurus para subsidiar as discussões e entende que se a isenção realmente acabar para as empresas, a tarifa vai aumentar. “Prefeito quer esse valor [da isenção], mas quem vai pagar o pato é a popula-

ção? Aumenta agora e em dezembro?”, questionou.

Nas últimas semanas, o prefeito Trad tem afirmado que não haverá aumento de tarifa e que essa situação só aconteceria caso o consórcio ingressasse com ação na Justiça. O consórcio, no entanto, não se manifestou sobre o assunto.

POR AÍ

CRIME

Acusadas de matar manicure vão a júri popular hoje

Gabriela Antunes Santos, 21 anos, e Emilly Karoliny Leite, 20, acusadas de matar a manicure Jennifer Nayara Guilhermete, 22, em janeiro do ano passado, vão a júri popular hoje, a partir das 8h, na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande. O crime aconteceu no dia 15 de janeiro de 2016 e o corpo da vítima foi encontrado um dia depois, na Cachoeira do Céuzinho. No dia do crime, Gabriela, Emilly e um adolescente de 16 anos teriam atraído Jennifer, que estava na casa de uma cliente, sob pretexto de que Gabriela queria resolver a briga entre as duas.

GOLPE

Estelionatário se passou por médico no Hospital Regional

Estelionatário ainda não identificado aplicou golpe e causou prejuízo financeiro à família de paciente depois de se passar por médico do Hospital Regional Rosa Pedrossian. Administração da unidade de saúde emitiu nota alertando e esclarecendo a população para que não faça pagamentos porque o atendimento prestado no Hospital Regional é gratuito para os cidadãos e custeado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Suspeitas de golpes podem ser denunciadas à polícia ou à administração do hospital.